



FGTS planeja elevar teto de financiamento do Minha Casa Minha Vida

O Conselho Curador do FGTS pode aprovar um aumento significativo no limite do valor do imóvel para famílias de diferentes faixas de renda.

20/06/2023

Em uma reunião que será realizada nesta terça-feira (20), o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) está propenso a dar seu aval para um incremento no valor máximo do imóvel pelo programa Minha Casa Minha Vida. O teto deve saltar de R\$ 264 mil para R\$ 350 mil, uma mudança que será aplicada nacionalmente para as famílias da Faixa 3, com renda entre R\$ 4,4 mil e R\$ 8 mil.

Nos escalões de renda inferiores (Faixa 1, até R\$ 2.640, e Faixa 2, até R\$ 4,4 mil), os valores limites dos imóveis também deverão sofrer ajuste, subindo de R\$ 145 mil para municípios com até 100 mil habitantes e de R\$ 190 mil para R\$ 264 mil para os demais. Com o objetivo de diminuir ou até mesmo eliminar a necessidade de pagamento de entrada nos financiamentos para as famílias de baixa renda, especialmente para aquelas com renda até R\$ 2.640, o conselho está considerando a aprovação de uma proposta governamental para incrementar o subsídio do FGTS de R\$ 47,5 mil para R\$ 55 mil por família.

Esse subsídio atua como uma espécie de abatimento, variando conforme a renda da família e a localização do imóvel. Para o ano corrente, o FGTS tem orçamento de R\$ 9,5 bilhões para esses subsídios.

Ademais, R\$ 66 bilhões do FGTS são reservados para financiamentos habitacionais para famílias com capacidade de pagamento.

Para além do aumento do teto do imóvel para R\$ 350 mil, o governo tem planos de expandir a faixa de renda das famílias elegíveis para o programa Minha Casa, Minha Vida, elevando o limite de R\$ 8 mil para R\$ 10 mil ou até R\$ 12 mil. Essa proposta é uma promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva visando beneficiar a classe média. No entanto, essa proposta não está na agenda para ser votada pelos conselheiros na reunião.

A reunião em questão será a primeira do Conselho Curador neste ano, cujo calendário foi postergado devido à reinstauração do Ministério do Trabalho, órgão responsável pela presidência do conselho.

Publicado por
JULIANA MORATTO